

Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em www.eugeniorosa.com

NO FIM DO 1º SEM.2021 AINDA ESTAVAM POR UTILIZAR 8723 MILHÕES € DE FUNDOS COMUNITÁRIOS (34,6%) DO PT2020 E INFORMAÇÃO E APELO AS ASSOCIADOS DO MONTEPIO

INFORMAÇÃO E APELO AOS ASSOCIADOS DO MONTEPIO

Em dez.2021 haverá eleições no Montepio. Se for associado é importante votar. Deve ter recebido uma carta do Montepio perguntando se quer votar por correspondência. A votação este ano pode ser por correspondência ou voto eletrónico. Se não tem acesso à Internet ou se tem dúvidas ou dificuldades na sua utilização peça imediatamente que lhe enviem o voto para votar por correspondência. É urgente **MUDAR a atual administração da Associação Mutualista, herdeiros de Tomás Correia que tanto mal fez ao Montepio, porque já mostrou nestes 3 últimos anos que é incapaz de recuperar o Montepio, salvar a AMMG e parar com os despedimentos que estão a destruir o Montepio.** Com esse objetivo constituímos uma **CANDIDATURA DE MUDANÇA** que respeitará a dignidade e os direitos dos associados e dos trabalhadores, com o lema **“MUTUALISMO, agora sim”**. Se for associado do Montepio e quiser participar no **MOVIMENTO DE MUDANÇA** envie um e-mail para mutualismoagorasim@gmail.com Precisamos de ajuda para recolher as 300 assinaturas necessárias para apresentar a lista às eleições. A unidade que não foi possível antes das eleições terá de ser construída com os associados e trabalhadores até para defender o emprego destes após a derrota dos herdeiros de Tomás Correia, pois sem UNIDADE não é possível salvar o Montepio e o emprego dos trabalhadores. É um ponto do nosso PROGRAMA

No dia 30.0.2021 realizou-se a assembleia geral para debater as contas consolidadas da Associação Mutualista (AMMG) de 2020. Elas revelam que, em 2020, a AMMG, a nível consolidado, portanto incluindo os resultados das 39 empresas do grupo, teve mais 86,2 milhões € de prejuízos a juntar aos 531,9 milhões € do período 2014/2019. Em 2020, as contas da AMMG a nível individual apresentaram 17,9 milhões € de prejuízos, enquanto a nível consolidado 86,2 milhões €, ou seja, 4,8 vezes mais. Portanto, as empresas do grupo Montepio, onde estão aplicadas as poupanças dos associados, no lugar de gerar resultados positivos, estão a produzir prejuízos que delapidam as poupanças dos associados. Na Lusitânia SA, uma administração competente, conseguiu a partir da sua entrada em 2019 estancar os contínuos prejuízos e inverter a situação, começando a apresentar resultados positivos. No Banco e na AMMG continuam os prejuízos. Em 2020, O Banco teve 79 milhões € de prejuízos e, em 2021, até junho apresentou mais 33 milhões € de prejuízos quando toda a banca, incluindo o Novo Banco, teve resultados positivos. Como confessou Virgílio Lima, ao jornal de Negócios em 1/10/2021 **o Banco Montepio vai ter “dezenas de milhões € de prejuízos este ano”** o que só confirma a incapacidade da atual da administração. Os administradores da AMMG e seus defensores gabam-se de que o Montepio não teve de pedir ajuda ao Estado como aconteceu com os outros bancos., mas se tivessem vergonha estavam calados, pois omitem que isso só foi possível porque **“foram aos bolsos dos associados”** e utilizaram as suas poupanças para cobrir os enormes prejuízos acumulados nas empresas devido à má gestão. Só o Banco Montepio, entre 2011 e 2020, levou 1600 milhões €. **Na assembleia fiz a Pedro Leitão, presidente do Banco pergunta: Quantos trabalhadores pretende ainda despedir? Ele não respondeu publicamente, mas diretamente informou-me que pretendia realizar ainda 600 despedimentos.** Virgílio Lima, confirmou ao jornal Negócios que os despedimentos vão continuar utilizando para justificar o eufemismo **“CONTINUIDADE”**. É importante que os trabalhadores na campanha e quando votarem em dez.21 não se esqueçam disso, e não votem no desemprego. Virgílio Lima na entrevista que deu ao **“NEGÓCIOS”** veio com a história da BOLSIMO como veículo para aonde seriam transferidos os NPL e assim se resolveriam até o fim do ano os problemas do Banco. Por um lado, é duvidoso que isso se consiga resolver até ao fim do ano e, por outro, não explica como financiará a operação. É mais uma mentira.

O ESTADO E AS EMPRESAS NÃO FORAM CAPAZES DE UTILIZAR NO PERÍODO 2014/2020), A TOTALIDADE DOS FUNDOS EUROPEUS DO “PORTUGAL 2020”. EM JUNHO/2021, ESTAVAM AINDA POR UTILIZAR 8723 MILHÕES € (34,6% do Total) DO “PORTUGAL 2020” como mostra o quadro 1

Quadro 1 – A utilização dos fundos comunitários do Portugal 2020 prevista para o período 2014/2020 e a real

PORTUGAL 2020 PROGRAMAS OPERACIONAIS	PORTUGAL 2020 Fundos comunitários atribuídos a Portugal para o período 2014/2020 Milhões € (1)	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA ANUAL (o que estava previsto executar ou utilizar de Fundos Comunitários em cada ano) - Em Milhões €							EXECUTADO (despesa executada) De 2014 a 30 de junho/2021 (9)	FUNDOS COMUNITÁRIOS QUE FICARAM POR UTILIZAR ATÉ 30 DE JUNHO DE 2021 (10) = (1) - (9)	TAXA DE EXECUÇÃO até 30 DE junho 2021 (11) = (9) : (1)
		2014 (2)	2015 (3)	2016 (4)	2017 (5)	2018 (6)	2019 (7)	2020 (8)			
POCI- Competitividade e Internacionalização	4 414	593	605	618	630	643	656	669	2 830	1 584	64,1%
POTISE- Inclusão Social e Emprego	2 130	380	358	267	273	278	284	289	1 547	583	72,6%
POCH - Capital Humano	3 096	416	425	433	442	451	460	469	2 527	569	81,6%
POSER- Sustentabilidade e Eficiência de Recursos	2 253	301	308	315	322	329	336	342	1 194	1 059	53,0%
PORN- Programa Regional do Norte	3 379	454	464	473	482	492	502	512	1 674	1 705	49,5%
PORC- Programa Regional do Centro	2 155	290	296	302	308	314	320	326	1 085	1 070	50,4%
PORL- Programa Regional de Lisboa	833	94	101	123	125	128	130	133	421	413	50,5%
PORA- Programa Regional do Alentejo	1 083	146	149	152	155	158	161	164	517	566	47,8%
PORAL-Programa Regional do Algarve	319	41	43	45	46	47	48	49	155	164	48,6%
POAC-Programa Açores	1 140	151	155	160	163	167	170	173	788	352	69,1%
POM- Programa Madeira	403	52	54	57	58	60	61	62	273	130	67,7%
PDRC- Programa Desenvolvimento Rural Continente	3 114	159	391	511	512	513	514	514	2 875	239	92,3%
PRORURAL- Prog. Des. Rural dos Açores	295	42	42	42	42	42	42	42	246	50	83,2%
Programa Desenvolvimento Rural da Madeira	179	26	26	26	0	0	0	102	117	62	65,3%
PO MAR	392	56	56	56	56	56	56	56	214	178	54,6%
SOMA	25 185	3 200	3 471	3 580	3 615	3 676	3 739	3 904	16 462	8 723	65,4%

FONTE:PORTUGAL 2020 - Programas Operacionais PORTUGAL 2020 e Boletim Informativo dos Fundos da União Europeia - Nº 25, 30 de junho 2021- ADC I.P.

Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em www.eugeniorosa.com

Segundo o “Boletim Informativo dos Fundos da União Europeia”, nº 25, de junho de 2021, da Agência Para o Desenvolvimento e Coesão IP, que é o instituto público português que faz o controlo e monitorização da utilização dos fundos da U.E. do “Portugal 2020”, ou seja, do Quadro Financeiro Plurianual 2014/2020 aprovado pela U.E., dos 25185 milhões € de fundos europeus atribuídos a Portugal para serem utilizados no período 2014/2020, até 30 de junho de 2021 só tinham sido utilizados 16462 milhões €, estando ainda por utilizar 8723 milhões €, ou seja, 34,6% do total atribuído a Portugal que podia ter sido gasto entre 2014 e 2020.

Programas operacionais fundamentais financiados pela União Europeia para promover o investimento e a modernização das empresas e o desenvolvimento do país como é o **PO – Competitividade e internacionalização**, cuja execução é na sua esmagadora maioria da responsabilidade das empresas, pois destina-se fundamentalmente ao investimento, modernização e inovação das empresas, a sua taxa de execução no fim de junho de 2021 era apenas de 64,1%, estando por utilizar 1.584 milhões € de fundos comunitários; o **POCH – Capital Humanos**, fundamental para aumentar a qualificação dos trabalhadores portugueses (*cerca de 40% dos trabalhadores empregados têm apenas o ensino básico ou menos*), cuja execução depende em larga maioria do Estado, através do IEFP, a taxa de execução no fim de junho de 2021 era 81,6%, encontrando por utilizar ainda 569 milhões € de fundos comunitários; etc.; etc. E Portugal, para poder utilizar o que resta do “Portugal 2020” até 2023 terá de obter autorização União Europeia

COMO É QUE PORTUGAL QUE REVELOU NÃO TER CAPACIDADE PARA UTILIZAR 25185 MILHÕES € NO PERÍODO PROGRAMADO (2014/2020) SERÁ CAPAZ DE UTILIZAR DE UMA FORMA EFICIENTE E RESPEITANDO PRAZOS OS FUNDOS COMUNITÁRIOS DO PRR E DO QFP 2021/2027, QUE SÃO CERCA DE 44.000 MILHÕES € DE FUNDOS COMUNITÁRIOS? (O PRR até 2026, e o QFP 2021/2027 até 2030)

A questão que se coloca naturalmente é esta: Como é que O Estado e as empresas portuguesas que revelaram até aqui serem incapazes de utilizar, dentro dos prazos programados, os fundos europeus do “Portugal 2020”, terão a capacidade para executar simultaneamente o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e o Quadro Financeiro Plurianual 2021/2027 com cerca de 44.000 milhões € de fundos europeus, quase o dobro do “Portugal 2020”? É a pergunta que se coloca, pois o dinheiro não é borla, que até aqui não teve qualquer resposta quer do governo quer das associações patronais e dos seus associados. E isto porque as empresas também são responsáveis pelos atrasos e ineficiências. À boa maneira portuguesa, não se prevê nem se planeia, tenta-se depois desenrascar com enormes custos para o Portugal e para os portugueses, já que o país não conseguirá sair do atraso para o espanto da comissão portuguesa na União Europeia, Elisa Ferreira.

ALERTAS NÃO OUVIDOS PELO GOVERNO, QUE CONTINUA CEGO, SURDO E MUDO

De vários lados têm surgido alertas chamando a atenção do governo para o facto de que nem o Estado nem as empresas estão preparadas e capacitadas para poderem utilizar de uma eficiente (bem) e dentro dos prazos estabelecidos os fundos europeus do PRR e do Quadro Financeiro Plurianual 2021/2027, correndo-se, o risco, se nada for feito, por um lado, de se perderem elevados montantes de fundos comunitários e, por outro lado, de se perder mais uma oportunidade de desenvolver o país e de o recuperar do estado de atraso que continua.

A nível do Estado, a falta de trabalhadores, de competências e de capacidade técnicas para responder aos enormes desafios colocados pela necessidade imperiosa de utilizar de uma forma eficiente e dentro dos prazos estabelecidos aquele enorme volume de fundos comunitários é clara, e só não vê quem esteja cego ou não conheça a verdadeira situação da administração pública portuguesa. Nada foi feito e já se perdeu um ano.

Em relação às empresas, a enorme descapitalização em que a esmagadora maioria delas já funcionava antes da pandemia, vivendo fundamentalmente do crédito bancário, situação esta que agravada pela crise causada pelo COVID-19, torna quase impossível que elas realizem o investimento e só depois venham a receber os correspondentes fundos públicos. E isto porque, de acordo com as regras comunitárias, os fundos europeus só podem ser utilizados para pagar despesas em que exista fatura dos investimentos, o que pressupõe que eles já tenham sido realizados. E será que a maioria das empresas têm capacidade financeira e liquidez para cumprirem isso? O mesmo dilema enfrenta, por ex. as autarquias, interessado em utilizar fundos comunitários para resolver o problema da habitação e outros problemas dos seus habitantes, cuja esmagadora maioria não tem capacidade financeira e liquidez para o fazer. Será que o Banco Fomento será a solução milagrosa? Mas dele pouco se tem ouvido falar parecendo ser, logo à partida, à semelhança do que aconteceu no passado um verdadeiro a “nado-morto”. Será? Mas para podermos concluir o contrário é necessário que ele apareça diga o que se propõe fazer, o que não aconteceu até aqui; pelo contrário só gerou notícias negativas.

Eugénio Rosa – economista e associado do Montepio – edr2@netcabo.pt – 4-10-2021